

Alto Sertão Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2025

Alto Sertão Participações S.A.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	2
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos:
Acionistas e Administradores da
Alto Sertão Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Alto Sertão Participações S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Alto Sertão Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (Atualmente denominada pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Encerramento da Recuperação Judicial

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, a Companhia e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido nessa mesma data, sendo posteriormente deferidos um novo pedido e novos aditamentos aos planos de recuperação judicial.

Em 12 de fevereiro de 2025, o Juízo Recuperacional proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas (“Grupo Renova Energia”), processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100 e a referida decisão foi objeto de recurso. No entanto, as partes se conciliaram e o juiz em 23 de maio de 2025 proferiu decisão que integrou a sentença anterior, ratificando o encerramento da Recuperação Judicial, tendo sido certificado o trânsito em julgado da decisão de encerramento em 15 de agosto de 2025, restando pendente o arquivamento dos autos. Nossa opinião não contém modificação quanto a esse assunto..

Outros assuntos

Auditoria correspondente ao exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo naquela data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 22 de abril de 2025, sem modificação e com parágrafo de ênfase intitulado “Plano de Recuperação Judicial (PRJ)”.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

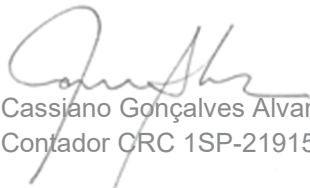
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter/manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026.



Cassiano Gonçalves Alvarez
Contador CRC 1SP-219153/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	4	28.224	107.276
Aplicações financeiras		-	-	160	-
Contas a receber de clientes	5	-	-	99.456	59.166
Tributos a recuperar	6	-	-	12.716	10.900
Despesas antecipadas		-	-	3.723	9.328
Partes relacionadas	14	-	-	16.185	899
Adiantamentos a fornecedores		-	-	1	1.474
Outros créditos	24.2	-	-	19.637	1.157
Total do ativo circulante		2	4	180.102	190.200
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais		-	-	1.766	1.709
Tributos diferidos		-	-	15.986	11.235
Partes relacionadas	14	12.938	-	-	-
Investimentos	7	1.071.589	844.475	-	-
Imobilizado	8	-	-	2.141.062	2.238.500
Total do ativo não circulante		1.084.527	844.475	2.158.814	2.251.444
TOTAL DO ATIVO		1.084.529	844.479	2.338.916	2.441.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

PASSIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	-	-	66.012	39.468
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	42.194	33.003
Tributos a recolher	11	-	-	2.946	4.956
Salários, encargos e férias a pagar		-	-	1.014	931
Arrendamentos a pagar	8.4	-	-	359	258
Contas a pagar - CCEE	12	-	-	56.612	139.988
Adiantamentos de clientes		-	-	-	5.531
Partes relacionadas	14	-	-	73.458	57.094
Outras contas a pagar	13	-	-	928	39
Total do passivo circulante		-	-	243.523	281.268
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	-	-	57.722	96.464
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	661.259	1.078.618
Contas a pagar - CCEE	12	-	-	212.062	60.298
Arrendamentos a pagar	8.4	-	-	13.755	13.762
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	15	-	-	39.615	27.201
Provisão para desmantelamento	8.3	-	-	26.595	25.086
Partes relacionadas	14	12.937	-	-	-
Outras contas a pagar	13	-	-	12.793	14.468
Total do passivo não circulante		12.937	-	1.023.801	1.315.897
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	16	897.092	2.178.575	897.092	2.178.575
Recursos para futuro aumento de capital		-	501	-	501
Reservas de capital		340.982	358.516	340.982	358.516
Prejuízos acumulados		(166.482)	(1.693.113)	(166.482)	(1.693.113)
Total do patrimônio líquido		1.071.592	844.479	1.071.592	844.479
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.084.529	844.479	2.338.916	2.441.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA	17	-	-	259.485	207.401
CUSTOS DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA					
Custo de operação		-	-	(70.362)	(69.712)
Encargos de uso do sistema de distribuição		-	-	(23.369)	(22.247)
Depreciações e amortizações	8	-	-	(95.831)	(94.985)
Custo com compra de energia		-	-	(72.363)	(33.203)
Total	18	-	-	(261.925)	(220.147)
RESULTADO BRUTO		-	-	(2.440)	(12.746)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(2)	(1)	(38.027)	(35.776)
Depreciações e amortizações	8	-	-	(154)	(146)
Reversão de perda do valor recuperável de ativo imobilizado		-	-	74	-
Outras receitas (despesas) líquidas		2	-	7.529	(360)
Total	18	-	(1)	(30.578)	(36.282)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(166.481)	(166.364)	-	-
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(166.481)	(166.365)	(33.018)	(49.028)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		-	-	6.882	6.341
Despesas financeiras		(1)	(1)	(134.207)	(118.363)
Total	19	(1)	(1)	(127.325)	(112.022)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(166.482)	(166.366)	(160.343)	(161.050)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-	(8.305)	(8.396)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20	-	-	2.166	3.080
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(166.482)	(166.366)	(166.482)	(166.366)
Prejuízo básico e diluído por ação (expressos em reais - R\$)	16.3	(0,07)	(0,06)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(166.482)	(166.366)	(166.482)	(166.366)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(166.482)</u>	<u>(166.366)</u>	<u>(166.482)</u>	<u>(166.366)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Recursos para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido da controladora e consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		2.178.575	367.158	-	(1.526.747)	1.018.986
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	16.2	-	-	501	-	501
Resgate de ações	14.4.d	-	(8.642)	-	-	(8.642)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(166.366)	(166.366)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	16	2.178.575	358.516	501	(1.693.113)	844.479
Integralização de capital conforme assunção de dívida	16.2	480.235	-	-	-	480.235
Redução de capital por cessão de mútuo	16.2	(69.106)	-	-	-	(69.106)
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital		501	-	(501)	-	-
Resgate de ações		-	(17.534)	-	-	(17.534)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(166.482)	(166.482)
Redução de capital para absorção de prejuízo		(1.693.113)	-	-	1.693.113	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		897.092	340.982	-	(166.482)	1.071.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo líquido do exercício		(166.482)	(166.366)	(166.482)	(166.366)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	7	166.481	166.364	-	-
Depreciações e amortizações	8	-	-	101.252	98.710
Valor residual do ativo imobilizado baixado	8	-	-	15.020	11.116
Juros sobre obrigação de arrendamento	8.4	-	-	1.823	1.465
Encargos sobre empréstimos	10.1	-	-	107.658	112.656
Apropriação da captação de dívida	10.1	-	-	2.381	-
Multa sobre ressarcimento		-	-	-	49.773
Atualização e provisão CCEE	12.1	-	-	67.375	79.492
Encargo sobre mútuo	14.3	-	-	(74)	62
Juros sobre fornecedores e tributos a recolher	18	-	-	2.645	1.228
Atualização monetária contencioso	18	-	-	12.375	-
Juros sobre provisão para desmantelamento	18	-	-	1.509	1.463
Impostos diferidos		-	-	(4.751)	(7.265)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(40.290)	(6.978)
Tributos a recuperar		-	-	(1.816)	(899)
Adiantamento a fornecedores		-	-	1.473	(394)
Despesas antecipadas		-	-	5.605	(5.817)
Depósitos judiciais		-	-	(57)	(482)
Outros créditos		-	-	(18.441)	(1.099)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		-	-	(12.377)	(7.005)
Tributos a recolher		-	-	5.215	-
Adiantamento de clientes		-	-	(5.531)	3.650
Salários e férias a pagar		-	-	83	102
Outras contas a pagar		-	-	(786)	(993)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	10.1	-	-	(79.254)	(18.533)
Pagamento do ressarcimento	12.1	-	-	(1.494)	(14.757)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(7.225)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1)	(2)	(14.164)	129.129
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		-	-	(160)	-
Aquisição de imobilizado	8	-	-	(18.062)	(22.956)
Partes relacionadas		(1)	250	(15.286)	2.201
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(1)	250	(33.508)	(20.755)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital	16.2	-	-	-	501
Pagamento de passivos de arrendamento		-	-	(2.460)	(2.221)
Pagamentos de empréstimos	10.1	-	-	-	(384)
Partes relacionadas		-	(250)	(28.920)	(14.944)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	(250)	(31.380)	(17.048)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2)	(2)	(79.052)	91.326
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	4	6	107.276	15.950
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	2	4	28.224	107.276
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2)	(2)	(79.052)	91.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Alto Sertão Participações S.A. (“Alto Sertão”, “Companhia” ou “Controladora”), CNPJ 21.296.360/0001-52, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 10.989, 8º andar conjunto 82, Brooklin Paulista, foi constituída em 1o de setembro 2014, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas direta e indiretas, que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III:

Eólico	Consolidação	% Participação	
		Direta	Indireta
Diamantina Eólica Participações S.A.	Integral	99,99	-
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	Integral na Diamantina	-	99,99

1.1 Das Autorizações

1.1.1 Mercado Regulado (ACR)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. (EOL Pau Santo) ⁽⁰⁾	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

*Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.1.2 Mercado Livre (ACL)

Companhias	Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
Centrais Eólicas Amescla S.A.	ACL	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A.	ACL	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	ACL	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A.	ACL	5098	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	ACL	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A.	ACL	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	ACL	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	ACL	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	ACL	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	ACL	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A.	ACL	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	ACL	5125	01/04/2015	30 anos	13,80 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	ACL	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	ACL	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW

*Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.2 Comercialização de energia

1.2.1 Mercado Regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	VALORES				PRAZO			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA										
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	206,79	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	223,49	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	218,78	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	203,64	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	205,17	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	204,41	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	208,34	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	206,00	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	207,47	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	255,03	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina)	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	255,03	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A. (EOL Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	255,03	out-17	set-37	IPCA	outubro

As Companhias do projeto LER 2013 e LER 2014, assinaram contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual vendem toda sua produção de energia elétrica possível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, contados desde 1º de setembro de 2015.



1.2.2 Mercado Livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre de longo prazo, com fornecimento de energia que totaliza 99,8 MW médios (*) de energia contratada. Com a entrada em operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, as obrigações previstas no contrato de venda de energia foram reestabelecidas.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.3 Encerramento da Recuperação Judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora indireta Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora indireta Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em Recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Em 12 de fevereiro de 2025, o Juízo Recuperacional proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas (“Grupo Renova Energia”), processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100 e a referida decisão foi objeto de recurso. No entanto, as partes se conciliaram e o juiz em 23 de maio de 2025 proferiu decisão que integrou a sentença anterior, ratificando o encerramento da Recuperação Judicial, tendo sido certificado o trânsito em julgado da decisão de encerramento em 15 de agosto de 2025, restando pendente o arquivamento dos autos.


Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2025:

Classes	Saldo em 31/12/2024	Créditos convertidos em ação da Controladora	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2025
Classe II - credores com garantia real	1.129.487	(438.953)	(65.928)	99.467	724.073
Classe III - credores quirografários	136.337	(38.861)	(2.696)	8.061	102.841
Total	1.265.824	(477.814)	(68.624)	107.528	826.914

Classes	Saldo em 31/12/2023	Créditos habilitados/ impugnados	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2024
Classe II - credores com garantia real	1.035.274	-	(18.420)	112.633	1.129.487
Classe III - credores quirografários	161.020	(271)	(24.412)	-	136.337
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	207	(207)	-	-	-
Total	1.196.501	(478)	(42.832)	112.633	1.265.824

Classe I – credores trabalhistas:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano.
- b) Valor adicional de até R\$10 mil para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano.

- 
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
- i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da taxa referencial.
 - ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas tiveram 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, foram automaticamente enquadrados na opção A.

Informamos que todos os pagamentos referentes à Classe I – Credores Trabalhistas foram integralmente efetivados ao longo do exercício de 2024. Dessa forma, não há valores pendentes relacionados a essa categoria, estando a companhia em plena conformidade com as obrigações trabalhistas previstas no plano.

Classe II – credores com garantia real:

No início de agosto de 2024, a Companhia foi informada de que o Banco Bradesco vendeu seus créditos para a gestora JM. Essa operação não altera as condições previamente estabelecidas para a Renova, exceto pela mudança de titularidade do crédito, sem qualquer ajuste no fluxo de pagamento ou nas taxas contratadas.

A Companhia, celebrou novos aditamentos aos planos de recuperação judicial da própria empresa e das sociedades que compõem o Alto Sertão III (conjuntamente, os "Planos"), com aprovação unânime dos credores com garantia real (vide nota 10.10). Esses aditamentos visam o reperfilamento da dívida e foram submetidos à homologação na 2ª Vara de Falências de São Paulo em 14 de outubro de 2024. Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao Plano de Recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditivo ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005.

Com a homologação do 7º aditivo ao Plano de Recuperação, o fluxo de pagamento foi reestruturado para os créditos dos credores com garantia real – classe II, onde:

- Os créditos de Garantia Real serão remunerados a 100% do CDI a partir da data do pedido.
- Durante os 24 meses após a homologação do 7º Aditamento, a Renova poderá optar por uma nova fórmula de remuneração, composta por:
 - IPCA acumulado (pro rata temporis);
 - NTN-B 2035 (acima do IPCA);
 - Spread prefixado de 0,5% ao ano;
 - Taxa Piso IPCA + 5% ao ano;
 - A partir de 15 agosto de 2026, término da carência da amortização do principal.

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2026	-	1,00%
2027	1,00%	1,50%
2028	1,50%	2,00%
2029	2,50%	2,50%
2030	2,50%	2,50%
2031	2,50%	2,50%
2032	2,50%	4,00%
2033	4,00%	4,00%
2034	4,00%	4,00%
2035	4,00%	51,50%

- Parcelas em atraso: As parcelas semestrais previstas no plano anterior, com vencimentos em agosto 2023 e fevereiro 2024, serão capitalizadas ao saldo devedor em 15 de outubro de 2024.
- Pagamento em 15 de outubro de 2024: Foi pago 25% dos juros do período de 14 de fevereiro 2024 a 15 de outubro de 2024, enquanto os 75% restantes serão capitalizados ao saldo devedor.
- Pagamento em 15 de fevereiro 2025: Foi pago 75% dos juros do período de 15 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro 2025, com os 25% restantes capitalizados ao saldo devedor.
- A partir de 15 de agosto de 2025: Os juros semestrais passarão a ser integralmente pagos, sem capitalização.




A Classe III - credores quirografários:

- a) Pagamentos iniciais, no montante de até R\$2 mil será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$1 mil em até 90 dias e mais R\$1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da taxa referencial, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 2024	2,50%	2,50%
Ano 2025	2,50%	2,50%
Ano 2026	2,50%	2,50%
Ano 2027	2,50%	2,50%
Ano 2028	2,50%	2,50%
Ano 2029	2,50%	5,00%
Ano 2030	5,00%	5,00%
Ano 2031	5,00%	5,00%
Ano 2032	5,00%	5,00%
Ano 2033	5,00%	5,00%
Ano 2034	10,00%	12,50%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 mil será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 mil em até 90 dias e mais R\$ 1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).

- 
- b)** O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da taxa referencial, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
 - c)** Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
 - d)** O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores classificados como seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

Classe IV – credores microempresas e empresas de pequeno porte:

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 mil por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação. O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

Informamos que todos os pagamentos referentes à Classe I – Credores Trabalhistas foram integralmente efetivados ao longo do exercício de 2024. Dessa forma, não há valores pendentes relacionados a essa categoria, estando a companhia em plena conformidade com as obrigações trabalhistas previstas no plano.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.



1.4 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo de R\$166.482 (2024, R\$ 166.366) e prejuízos acumulados de R\$ 166.482 (2024, R\$1.693.113), e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante R\$63.421 (2024, R\$91.068) (Consolidado).

Com o objetivo de melhorar esse cenário a Companhia contratou, em 20 de março de 2024, assessores externos para auxiliar na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas com o objetivo de otimizar sua estrutura de custos de capital e seu perfil de endividamento junto aos seus credores, em outubro de 2025 os assessores em conjunto com a Companhia concluíram a avaliação e o alinhamento estratégico.

Em 25 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.304/2025, que introduziu alterações relevantes no marco regulatório do setor elétrico, estabelecendo mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares. A elegibilidade a tais compensações está condicionada à adesão a termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, cuja minuta foi submetida à Consulta Pública nº 210/2025 pelo Ministério de Minas e Energia. A Administração acompanha a evolução da regulamentação e avalia os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e tem por objetivo recuperar a saúde financeira e preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios.

2 Políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas.



2.2 Aprovação das demonstrações financeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2026.

2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

2.3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na Nota 8 todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e as controladas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3.2 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.



2.3.3 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.4 Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.



2.3.5 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

A Companhia e suas controladas ACL são optantes pelo regime do lucro real, enquanto as controladas ACR, que operam no âmbito do Leilão de Energia de Reserva (LER), optaram pelo regime do lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.



b) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.3.6 Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.



b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato de a Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

c) Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos.

d) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de uso de terra e equipamentos, referente aos parques eólicos e contratos para os escritórios.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por eventuais novas mensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.



Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamento de baixo valor

A Companhia pode contratar arrendamentos cujo valor individual do ativo subjacente seja considerado baixo, para esses arrendamentos, a Companhia adota a isenção de reconhecimento permitida pela norma, optando por não reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento. Os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa na demonstração do resultado, ao longo do período em que o ativo é utilizado.

2.3.7 Provisão para perdas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia e suas controladas constituem provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na Nota 15.



2.3.8 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Caso as condições precedentes que originaram a perda por redução recuperável sejam superadas a reversão é reconhecida no resultado do exercício.

2.3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).



Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.10. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4);
- Aplicações financeiras.



a.2) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria:

- Contas a receber de clientes (Nota 5);
- Transação com partes relacionadas (Nota 15);
- Outros créditos (Nota 24.2).

b) Passivos financeiros

b.1) Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (Nota 9);
- Empréstimos e financiamentos (Nota 10);
- Contas a pagar – CCEE (Nota 12);
- Adiantamentos de clientes;
- Transações com partes relacionadas (nota 14); e
- Outras contas a pagar (nota 13).



2.4. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a exercícios de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027*. O novo padrão introduz os seguintes novos requerimentos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

* Para fins de esclarecimentos, exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, consideram encerramentos anuais após 2026.

A Companhia e suas controladas ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.



IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. No entanto, as empresas poderão adotá-lo antecipadamente, desde que haja autorização dos reguladores competentes.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS.

A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.



3 Principais Julgamentos Contábeis e Fontes De Incertezas nas Estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

3.1 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.



3.2 Provisão para perdas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia e suas controladas constituem provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na Nota 15.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	27	45
Bancos conta movimento	2	4	10.075	217
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	-	18.122	107.014
Total	2	4	28.224	107.276

A Companhia possui aplicação financeira de curto prazo e de alta liquidez que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e está sujeita a menor risco de mudança de valor e foi classificada como equivalentes de caixa. Esse investimento financeiro refere-se a instrumento de renda fixa, remunerado a taxa média de 100,39% do CDI (99,47% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Contas a Receber de Clientes

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
CCEE	11.383	11.383
Renova Comercializadora S.A - Parte relacionada	75.897	41.546
Outras partes relacionadas	-	489
Comercialização - Mercado livre	12.176	5.748
Total	99.456	59.166

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

6 Tributos a Recuperar

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
CSLL Estimativa a Compensar	25	25
IRPJ Estimativa a Compensar	66	66
IRRF a compensar	623	216
Saldo negativo de IRPJ a compensar	586	1.011
COFINS a recuperar	5.226	3.924
PIS a recuperar	1.118	866
ICMS a recuperar	5.070	4.786
Outros impostos a compensar	2	6
Total	12.716	10.900

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras. Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a Recuperar decorrem das operações de compra de equipamentos para revenda realizadas pela Controladora. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2026.

7 Investimentos

Companhia	Diamantina Eólica			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
31 de dezembro de 2025	1.878.878	807.289	1.071.589	(166.481)
31 de dezembro de 2024	2.064.104	1.154.510	844.475	(166.636)

7.1 Movimentação do investimento

	31/12/2024	Integralização de capital conforme assunção de dívida	Resgate de ações	Redução de capital por cessão de mutuo	Equivalência patrimonial	31/12/2025
Diamantina Eólica Participações S.A.	844.475	480.235	(17.534)	(69.106)	(166.481)	1.071.589
TOTAL	844.475	480.235	(17.534)	(69.106)	(166.481)	1.071.589

	31/12/2023	AFAC	Resgate de ações	Equivalência patrimonial	31/12/2024
Diamantina Eólica Participações S.A.	1.018.980	501	(8.642)	(166.364)	844.475
Total	1.018.980	501	(8.642)	(166.364)	844.475

8 Imobilizado (Consolidado)

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldos em 31/12/2025
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Aerogeradores						
Máquinas e equipamentos	2.093.776	-	(11.279)	-	23.084	2.105.581
Provisão para Desmantelamento	21.193	-	-	-	-	21.193
	<u>2.114.969</u>	<u>-</u>	<u>(11.279)</u>	<u>-</u>	<u>23.084</u>	<u>2.126.774</u>
Sistema de transmissão e conexão						
Terrenos	4.362	-	-	-	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.419	-	-	-	-	21.419
Máquinas e equipamentos	543.555	-	-	-	-	543.555
Móveis e utensílios	748	-	-	-	(605)	143
	<u>570.084</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(605)</u>	<u>569.479</u>
Sistema de transmissão						
Máquinas e equipamentos	19.814	-	-	-	3.094	22.908
Equipamentos de informática	19	-	-	-	(19)	0
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	74	-	-	-	(297.616)
Estoques						
Almoxarifado geral	28.663	6.180	(2.163)	-	107	32.787
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>2.435.859</u>	<u>6.254</u>	<u>(13.442)</u>	<u>-</u>	<u>25.661</u>	<u>2.454.332</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Máquinas e equipamentos	(190.765)	-	899	-	-	(189.866)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(7)	-	-	(6)	-	(13)
Máquinas e equipamentos	(192)	-	-	(81.290)	-	(81.482)
Móveis e utensílios	(3)	-	-	(47)	-	(50)
Equipamentos de informática	(1)	-	-	(3)	-	(4)
Torres de medição	(2)	-	-	(2)	-	(4)
Aerogeradores	(1.333)	-	-	(893)	-	(2.226)
Provisão para Desmantelamento	(2.118)	-	-	(875)	-	(2.993)
	<u>(194.421)</u>	<u>-</u>	<u>899</u>	<u>(83.115)</u>	<u>-</u>	<u>(276.636)</u>
Sistema de transmissão e conexão						
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.161)	-	-	(668)	-	(12.829)
Máquinas e equipamentos	(25.752)	-	-	(16.165)	-	(41.917)
Móveis e utensílios	(19)	-	-	-	-	(19)
	<u>(37.932)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.833)</u>	<u>-</u>	<u>(54.765)</u>
Sistema de transmissão						
Máquinas e equipamentos	(1.279)	-	-	(475)	-	(1.754)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(194.421)</u>	<u>-</u>	<u>899</u>	<u>(83.115)</u>	<u>-</u>	<u>(276.636)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>2.202.227</u>	<u>6.254</u>	<u>(12.543)</u>	<u>(100.422)</u>	<u>25.661</u>	<u>2.121.177</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	2.672	1.648	-	-	0	4.320
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2)	1.981	(31)	-	(175)	1.774
Torres de medição	-	173	-	-	-	173
Aerogeradores	14.993	4.704	(2.315)	-	(20.035)	(2.653)
Equipamentos de subestação	5.637	-	-	-	(6.048)	(411)
Equipamentos de medição	212	133	(105)	-	(31)	209
Adiantamentos a fornecedores	(1.178)	3.169	(27)	-	668	2.631
Total do imobilizado em curso	<u>22.334</u>	<u>11.808</u>	<u>(2.478)</u>	<u>-</u>	<u>(25.621)</u>	<u>6.044</u>
Direito de uso						
Geração						
Contratos Arrendamento	17.155	731	-	-	-	17.886
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(2.018)	-	-	(829)	-	(2.847)
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(1.198)	-	-	-	-	(1.198)
Total do direito de uso	<u>13.939</u>	<u>731</u>	<u>-</u>	<u>(829)</u>	<u>-</u>	<u>13.841</u>
Total do imobilizado	<u>2.238.500</u>	<u>18.793</u>	<u>(15.020)</u>	<u>(101.252)</u>	<u>41</u>	<u>2.141.062</u>

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldos em 31/12/2024
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Máquinas e equipamentos	1.531.352	-	-	562.424	2.093.776
Provisão para Desmantelamento	21.193	-	-	-	21.193
	<u>1.552.545</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>562.424</u>	<u>2.114.969</u>
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	10.086	-	-	(5.724)	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	42.410	-	-	(20.991)	21.419
Máquinas e equipamentos	1.084.338	-	-	(540.783)	543.555
Móveis e utensílios	293	604	-	(149)	748
	<u>1.137.127</u>	<u>604</u>	<u>-</u>	<u>(567.647)</u>	<u>570.084</u>
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	14.591	-	-	5.223	19.814
Equipamentos de informática	-	19	-	-	19
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	-	-	-	(297.690)
Estoques					
Almoxarifado geral	25.628	11.405	(8.370)	-	28.663
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>2.432.201</u>	<u>12.028</u>	<u>(8.370)</u>	<u>-</u>	<u>2.435.859</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Máquinas e equipamentos	(86.776)	(104.535)	546	-	(190.765)
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(7)	-	-	(7)
Máquinas e equipamentos	-	(192)	-	-	(192)
Móveis e utensílios	-	(3)	-	-	(3)
Equipamentos de informática	-	(1)	-	-	(1)
Torres de medição	-	(2)	-	-	(2)
Aerogeradores	-	(1.333)	-	-	(1.333)
Provisão para Desmantelamento	(1.270)	(848)	-	-	(2.118)
	<u>(88.046)</u>	<u>(106.921)</u>	<u>546</u>	<u>-</u>	<u>(194.421)</u>
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.269)	(9.892)	-	-	(12.161)
Máquinas e equipamentos	(45.239)	19.487	-	-	(25.752)
Móveis e utensílios	(30)	11	-	-	(19)
	<u>(47.538)</u>	<u>9.606</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(37.932)</u>
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	(567)	(712)	-	-	(1.279)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(136.151)</u>	<u>(98.027)</u>	<u>546</u>	<u>-</u>	<u>(233.632)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>2.296.050</u>	<u>(85.999)</u>	<u>(7.824)</u>	<u>-</u>	<u>2.202.227</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	1.206	1.466	-	-	2.672
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	(55)	496	(443)	-	(2)
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Torres de medição	-	-	-	-	-
Aerogeradores	9.119	8.652	(2.778)	-	14.993
Equipamentos de subestação	4.650	1.059	(72)	-	5.637
Equipamentos de medição	31	199	(18)	-	212
Adiantamentos a fornecedores	(253)	(925)	-	-	(1.178)
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	-	-	-	-
Total do imobilizado em curso	<u>14.698</u>	<u>10.947</u>	<u>(3.311)</u>	<u>-</u>	<u>22.334</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos Arrendamento	16.474	681	-	-	17.155
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(1.872)	(146)	-	-	(2.018)
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(661)	(537)	-	-	(1.198)
Total do direito de uso	<u>13.941</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.939</u>
Total do imobilizado	<u>2.324.689</u>	<u>(75.054)</u>	<u>(11.135)</u>	<u>-</u>	<u>2.238.500</u>

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

8.1 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

A Companhia atualmente revisa as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável de seu ativo utilizando o método do valor em uso dos ativos, calculou o valor presente dos fluxos de caixas futuros projetados dos projetos, considerando uma taxa de desconto nominal que reflete o custo de capital dos projetos (WACC).

Adicionalmente, a Companhia realiza a revisão completa dos testes de recuperabilidade anualmente, por ocasião da elaboração do relatório final do exercício, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos pronunciamentos técnicos aplicáveis.

8.2 Bens dados como garantia

A controlada Diamantina possui bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.683.756, que foram incorporados na recuperação judicial conforme Nota 1.3 da Demonstração Financeira da Holding Renova Energia S.A data base 31 de dezembro de 2025.

8.3 Desmantelamento

As provisões para desmantelamento de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

8.4 Direito de uso – Arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia identificou 143 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			Passivo		
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	2.205	2.179
Direito de uso do ativo arrendado	17.886	17.155	(-) Juros a apropriar	(1.846)	(1.921)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(4.045)	(3.216)	Total do passivo circulante	359	258
	<u>13.841</u>	<u>13.939</u>	Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	41.348	43.062
			(-) Juros a apropriar	(27.593)	(29.300)
			Total do passivo não circulante	13.755	13.762
Ativo total	<u><u>13.841</u></u>	<u><u>13.939</u></u>	Passivo total	<u><u>14.114</u></u>	<u><u>14.020</u></u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custo		
Amortização direito de uso	(675)	(536)
Despesas		
Amortização direito de uso	(154)	(146)
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	(1.823)	(1.465)
Total	<u>(2.652)</u>	<u>(2.147)</u>

Em 31 de dezembro de 2025, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
jan/2026 a dez/2027	1.846	2.205
jan/2027 a dez/2028	2.349	2.489
jan/2028 a dez/2029	458	458
jan/2029 a dez/2034	2.120	2.359
jan/2034 a dez/2039	11.467	15.414
jan/2039 a dez/2044	4.701	6.701
jan/2044 a dez/2049	4.101	9.509
jan/2049 a dez/2054	501	2.089
jan/2054 a dez/2060	41	124
Total	<u>27.593</u>	<u>41.348</u>

9 Fornecedores

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	43.623	12.251
Fornecedores com partes relacionadas	17.954	21.129
Fornecedores recuperação judicial	62.157	102.552
	<u>123.734</u>	<u>135.932</u>
Apresentados como:		
Circulante	66.012	39.468
Não circulante	57.722	96.464
Total	<u>123.734</u>	<u>135.932</u>

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, totaliza no consolidado o total é R\$66.014, sendo Classe III.

10 Empréstimos e Financiamentos

Classe	Instituição	Custo da Dívida	31/12/2025						31/12/2024					
			Circulante			Não circulante			Circulante			Não Circulante		
			Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Principal	Total		
Classe II	BNDES	100% CDI ^{a*}	23.076	-	23.076	357.311	380.387	8.221	-	8.221	357.164	365.385		
Classe II	JIVE MAUA RB	100% CDI ^{a*}	-	-	-	-	-	6.186	-	6.186	134.933	141.119		
Classe II	JIVE MAUA RG	100% CDI ^a	-	-	-	-	-	12.858	-	12.858	280.501	293.359		
Classe II	Banco Itaú	100% CDI ^a	10.092	-	10.156	155.944	166.100	3.576	-	3.576	155.379	158.955		
Classe II	Citibank	100% CDI ^a	6.799	-	6.799	104.627	111.426	2.409	-	2.409	104.677	107.086		
Classe II	Banco ABC	100% CDI ^a	4.034	-	4.034	62.126	66.160	1.431	-	1.431	62.152	63.583		
Classe III	Banco Itaú	0,5% a.a. + TR ^{a*}	376	-	376	3.512	3.888	22	227	249	3.851	4.100		
Classe III	JIVE MAUA RB	0,5% a.a. + TR ^a	-	-	-	-	-	7	76	83	1.288	1.371		
Classe III	JIVE MAUA RG	0,5% a.a. + TR ^{a*}	-	-	-	-	-	15	157	172	2.677	2.849		
	Custo da Dívida (i)		-	(2.247)	(2.247)	(22.261)	(24.508)	(2.182)	-	(2.182)	(24.004)	(26.186)		
			<u>44.377</u>	<u>(2.247)</u>	<u>42.194</u>	<u>661.259</u>	<u>703.453</u>	<u>32.543</u>	<u>460</u>	<u>33.003</u>	<u>1.078.618</u>	<u>1.111.621</u>		

(i) Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

*As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

Em 31 de dezembro de 2025 a dívida que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$727.961, sendo, R\$724.073 da Classe II R\$3.888 da Classe III. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota 1.3.

10.1 Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	949.043	95.025	1.044.068
Provisão dos encargos financeiros	112.656	-	112.656
Encargos financeiros pagos	43.949	(43.949)	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(18.533)	(18.533)
Incorporação de juros ao principal	(384)	-	(384)
Apropriação de custos de captações	(26.186)	-	(26.186)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.079.078	32.543	1.111.621
Provisão dos encargos financeiros	-	107.658	107.658
Encargos financeiros pagos	-	(79.254)	(79.254)
Incorporação de juros ao principal	6.575	(6.575)	-
Apropriação de custos de captações	-	2.381	2.381
Baixa por Capitalização de créditos PRJ	(438.953)	-	(438.953)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	646.700	56.753	703.453

11 Tributos a Recolher

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a pagar	909	1.503
CSLL a pagar	521	923
COFINS a recolher	339	1.028
PIS a recolher	69	223
ICMS a recolher	391	357
IOF a recolher	157	100
IRRF sobre mútuo	7	5
Tributos retidos de terceiros	334	628
Tributos sobre folha de pagamento	219	189
Total	2.946	4.956

Os saldos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL a pagar decorrem do resultado tributável apurado e faturamento de venda de energia auferido pelas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III.

12 Contas a Pagar – CCEE

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	56.612	139.988
Não circulante	212.062	60.298
Total	268.674	200.286

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$24.004 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na Nota 1.3.

12.1 Movimentação:

	31/12/2024	Resultado	Amortização	Atualização	Reclassificação	31/12/2025
Ressarcimento CCEE ⁽ⁱ⁾	114.402	67.375	-	1.705	(84.013)	99.469
Despacho 2.303 ⁽ⁱⁱ⁾	86.463	-	-	1.517	57.222	145.202
Fornecedores a pagar CCEE PRJ ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(578)	-	(1.494)	(716)	26.791	24.003
Total do passivo	200.287	67.375	(1.494)	2.506	-	268.674

	31/12/2023	Resultado	Devolução ressarcimento	Amortização	Atualização	Reclassificação	31/12/2024
Ressarcimento CCEE ⁽ⁱ⁾	85.778	77.184	-	(13.847)	971	(35.684)	114.402
Despacho 2.303 ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	49.773	-	1.006	35.684	86.463
Fornecedores a pagar CCEE PRJ	-	-	-	(910)	332	-	(578)
Total do passivo	85.778	77.184	49.773	(14.757)	2.309	-	200.287

(i) Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

(ii) Provisão oriunda da suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica na Contratação de Energia de Reserva, essa suspensão foi determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da emissão do despacho nº 2.303/2019 que ordenou à CCEE que procedesse com a referida suspensão da compensação relativa aos anos contratuais apurados a partir de agosto de 2019 até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off* (situações de corte de geração quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda de usinas eólicas). Cabe ressaltar que o Grupo reconheceu as provisões normalmente nos exercícios supracitados.

13 Outras Contas a Pagar

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	928	39
Não circulante	12.793	14.468
Total	13.271	14.507



a) Abertura de outras contas a pagar

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
i) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 11.2.b (Classe III).	12.793	14.468
iii) outros.	928	39
Total	13.721	14.507

14 Transações com Partes Relacionadas

14.1 Controladora

	Ativo		Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Ações resgatáveis^(c)</u>				
Diamantina Participações	12.937	-	12.937	-
Total	12.937	-	12.937	-

Apresentados como:

	Ativo		Passivo	
Partes relacionadas				
Não circulante	12.937	-	12.937	-

14.2 Consolidado

	Ativo		Passivo		Despesa	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Renova Energia</u>						
Rateio de despesa ^(b)	4.810	-	6.494	9.804	(8.787)	(8.787)
Outros créditos ^(f)	3.233	899	23.185	21.047	-	-
Renova Energia S.A. (Custo da Dívida)	-	-	26.186	26.186	-	-
Ações resgatáveis ^(d)	-	-	12.937	-	-	-
	8.043	899	68.802	57.037	(8.787)	(8.787)
<u>Itapuã VII</u>						
Rateio de despesa ^(a)	-	-	-	-	(447)	(565)
Mútuo ^(e)	-	-	260	57	74	(62)
	-	-	260	57	(373)	(627)
<u>Renova Com</u>						
Mútuo ^(e)	8.142	-	-	-	-	-
	8.142	-	-	-	-	-
<u>Itaparica</u>						
Mútuo ^(e)	-	-	4.396	-	(3)	-
	-	-	4.396	-	(3)	-
Total	16.185	899	73.458	57.094	(9.160)	(9.414)
Apresentados como:						
			Ativo	Passivo		
Partes relacionadas						
Circulante	16.185	899	73.458	57.094		
	16.185	899	73.458	57.094		

14.3 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2023	250	250	3.100	37.148
Adição	-	-	24.787	75.668
Encargos financeiros provisionados	-	-	217	173
Amortização	(250)	(250)	(27.205)	(55.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	899	57.094
Adição	17.535	86.637	15.252	55.884
Encargos financeiros provisionados	-	-	475	73
Amortização	(4.597)	(4.596)	(441)	(39.593)
Reclassificação	-	-	-	-
Capitalização dos créditos com mútuo	-	(69.104)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	12.938	12.937	16.185	73.458

14.4 Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- i) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela Taxa Referencial.
- ii) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- iii) Refere-se substancialmente aos créditos recebidos e cedidos pela Companhia do fornecedor GE Energia Renováveis LTDA para determinadas controladas indiretas com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento, operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Projeto Alto Sertão III – Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017.



14.5 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

15 Provisão Para Riscos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas

Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e ii) anulação dos Despachos SFG n. 2.001 a 2.012/2022. Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da ANEEL para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas constituíram provisão no montante de R\$27.201, para risco regulatório considerando que em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (“SFG”), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 a 2.012/2022

Em agosto de 2025, a Companhia, atualizou a provisão relacionada à penalidade mantida pela ANEEL nos Processos Administrativos nº 2.001/2022 a nº 2.012/2022, referente ao descumprimento do cronograma de implantação de centrais geradoras eólicas, aplicando o IPCA acumulado de 13% desde julho de 2022 referente ao montante de R\$10.434, a obrigação permanece classificada no passivo não circulante. Ainda, em agosto de 2025, a Companhia ajuizou ação sob o rito ordinário, visando liminarmente suspender a exigibilidade e, ao final, anular a multa editalícia, tendo sido concedida liminar determinando a suspensão imediata da multa. A ANEEL interpôs recurso, ora pendente de julgamento. A Companhia segue monitorando os processos e avaliando a adoção de todas as medidas cabíveis.

i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R\$ 27.201, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii.c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i).



Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$ 39.615, sendo R\$ 127 trabalhistas e R\$ 39.615 regulatórios os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

POSSIVEIS

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos contingentes no montante aproximado de R\$ 16.079 sendo no âmbito regulatório, os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

16 Patrimônio Líquido

16.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 869.943 e em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 2.143.893 e está dividido em 1.181.193.789 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

16.2 Aumento (redução) de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou as seguintes movimentações societárias:

- i. Em 25 de abril de 2025:
 - a) As acionistas aprovaram, por unanimidade, o aumento de capital social da Sociedade dos atuais R\$ 2.178.575 para R\$ 2.179.076, sendo o aumento do capital social, no valor de R\$ 501, realizado mediante a emissão de 501.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas àquelas já existentes, todas subscritas pela acionista Alto Sertão Participações S.A. e totalmente integralizadas nesta data.
 - b) As acionistas ratificaram, por unanimidade, o resgate de 52.216.348 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo valor de R\$ 17.533, mediante a utilização da Reserva de Capital, nos termos do artigo 30, §1º 9, alínea "b" e artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações.



ii. Em 28 de abril de 2025:

- c) O Conselho de Administração aprovou em 28 de abril de 2025 a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”) para Renova Energia a controladora direta da Alto Sertão III.

As acionistas aprovaram, por unanimidade, o aumento de capital social da Sociedade dos atuais R\$ 2.179.076 para R\$ 2.659.310, sendo o aumento do capital social, no valor de R\$ 480.234, realizado mediante a emissão de 480.233.928,42 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas àquelas já existentes, todas subscritas pela acionista Renova Energia S.A. e totalmente integralizadas nesta data.

iii. Em 30 de setembro de 2025:

- d) As acionistas aprovaram, por unanimidade, a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.754.685 dos quais R\$ 1.685.579 são utilizados para absorção de prejuízos acumulados e R\$ 69.105 são reduzidos por ser o capital excessivo em relação ao seu objeto social, realizado mediante o cancelamento de 1.754.685.603 com a restituição destes últimos valores à sócia Renova Energia S.A.

16.3 Prejuízo por ação

O Prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.



O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(166.482)	(166.366)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>2.356.779</u>	<u>2.514.893</u>
Prejuízo básico por ação (em R\$)	<u>(0,07)</u>	<u>(0,07)</u>

17 Receita Líquida

	<u>Consolidado</u>			
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Geração	MWh*	MWh*		
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	953.597	911.607	281.431	217.727
(-) Impostos s/ Receita (PIS/COFINS)			(21.946)	(10.326)
Total			<u>259.485</u>	<u>207.401</u>

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

18 Custos e Despesas (Receitas)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽¹⁾	-	-	(72.363)	(33.203)
Custo da operação	-	-		
Serviços de terceiros	-	-	(57.100)	(55.392)
Seguros	-	-	(7.866)	(7.618)
Material de uso e consumo	-	-	(5.146)	(6.293)
Aluguéis e arrendamentos	-	-	(250)	(409)
	-	-	(70.362)	(69.712)
Depreciações e amortizações (Nota 8)	-	-	(95.831)	(94.985)
Encargos do uso do sistema de distribuição	-	-		
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão	-	-	(21.254)	(19.358)
Taxa de fiscalização	-	-	(2.115)	(2.889)
	-	-	(23.369)	(22.247)
Total dos custos dos serviços	-	-	(261.925)	(220.147)
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	-	-	(21.579)	(18.965)
Serviços de terceiros	-	-	(11.453)	(10.829)
Telefonia e TI	-	-	(2.035)	(1.898)
Contingências cíveis e trabalhistas	-	-	-	(89)
Viagens	-	-	(1.064)	(1.439)
Seguros	-	-	(630)	(502)
Impostos e taxas	(2)	(1)	(524)	(282)
Material de uso e consumo	-	-	(449)	(806)
Aluguéis e arrendamentos	-	-	(84)	(823)
Outras despesas	-	-	(209)	(143)
	(2)	(1)	(38.027)	(35.776)
Depreciações e amortizações (Nota 9)	-	-	(154)	(146)
Reversão de perda do valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	74	-
Outras receitas (despesas) líquidas				
Outras despesas líquidas	2	-	7.529	(360)
	2	-	7.529	(360)
Total das receitas (despesas)	-	(1)	(30.578)	(36.282)

Nota 1: Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda a parte relacionada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia

19 Resultado Financeiro

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras		-	-	6.348	6.062
Outras receitas financeiras		-	-	137	263
Juros - partes relacionadas		-	-	473	58
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira		-	-	(76)	(42)
Total das receitas financeiras		-	-	6.882	6.341
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	11.1	-	-	(111.344)	(112.656)
Juros sobre fornecedores e impostos		-	-	(2.645)	(1.228)
Juros sobre obrigação de arrendamento	9.3	-	-	(1.823)	(1.465)
Apropriação de custos de captações		-	-	(2.381)	-
Juros sobre provisão para desmantelamento		-	-	(1.509)	(1.463)
IOF		-	-	(553)	(340)
Juros - partes relacionadas		-	-	74	(62)
Atualização monetária contencioso		-	-	(12.375)	-
Outras despesas financeiras		(1)	(1)	(1.651)	(1.149)
Total das despesas financeiras		(1)	(1)	(134.207)	(118.363)
Total do resultado financeiro		(1)	(1)	(127.325)	(112.022)
Receitas financeiras		-	-	6.882	6.341
Despesas financeiras		(1)	(1)	(134.207)	(118.363)
Total		(1)	(1)	(127.325)	(112.022)

20 Imposto De Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(166.484)	(166.366)	(160.345)	(161.050)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	56.605	56.564	54.517	54.757
<u>Adições permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	1	1	4	1
Resultado da equivalência patrimonial	(18.144)	(18.144)	-	-
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	(16.330)	(21.652)
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	134	134	(687)	134
Prejuízo fiscal e base negativa	(38.596)	(38.555)	(43.643)	(38.556)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	-	(6.139)	(5.316)

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal do exercício	(113.396)	(125.897)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(860.387)	(734.490)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(973.783)	(860.387)

21 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2		2	4
Não circulante				
Partes relacionadas	12.937	-	12.937	-
Passivos financeiros				
Não circulante				
Partes relacionadas	12.939	-	12.939	-



	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	28.224	107.276	28.224	107.276
Contas a receber de clientes	99.456	59.166	99.456	59.166
Partes relacionadas	16.185	899	16.185	899
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	66.014	39.468	66.014	39.468
Empréstimos e financiamentos	42.194	33.003	42.194	33.003
Partes relacionadas	73.458	57.094	73.458	57.094
Não circulante				
Fornecedores	57.722	96.464	57.722	96.464
Empréstimos e financiamentos	661.259	1.078.618	661.259	1.078.618

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	4	-
Não circulante				
Partes relacionadas	-	12.937	-	-
Passivos Financeiros				
Não circulante				
Partes relacionadas	-	12.939	-	-



	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	28.224	-	107.276	-
Contas a receber	-	99.456	-	59.166
Partes relacionadas	-	16.185	-	899
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	66.014	-	39.468
Financiamentos	-	-	-	33.003
Partes relacionadas	-	73.458	-	57.094
Não circulante				
Fornecedores	-	57.722	-	96.464
Financiamentos	-	661.259	-	1.078.618

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na Nota 11 possuem como contraparte BNDES, Bradesco, Itaú, Banco ABC e Citibank. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía risco de mercado associado ao CDI.

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de dezembro de 2025, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2025	14,34%	14,34%	14,34%
	Aplicações financeiras:	18.122	18.122	18.122
	Taxa anual estimada do CDI para 2025	14,34%	10,76%	7,17%
	Perda anual nas aplicações financeiras	-	(658)	(1.316)
Alta do CDI	Empréstimos:	724.073	724.073	724.073
	Taxa anual estimada do CDI para 2025	14,34%	17,93%	21,51%
	Perda anual nos empréstimos	-	(25.958)	(51.916)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 14,34%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (10,76% a.a.) e 50% (7,17% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e outras operações que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (17,93% a.a.) e 50% (21,51% a.a.).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.



e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira das companhias em cumprir adequadamente os compromissos assumido, os fluxos de vencimento dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na Nota 11.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (consolidado):

<u>Instrumentos a taxa de juros</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 ano a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Classe II	24.204	24.203	198.371	477.295	724.073
Classe III	3.438	3.438	28.175	67.791	102.841
Total	27.641	27.641	226.546	545.086	826.914

Os planos de recuperação judicial da Companhia e suas controladas permitiu alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.3. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

f) Risco de crédito

Ativos financeiros	Nota	Valor contábil			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Contas a receber de clientes	5	-	-	99.456	59.166

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.



g) Gestão de capital (consolidado)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Dívida de financiamentos	703.453	1.111.621
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(28.224)	(107.276)
Dívida líquida	675.229	1.004.345
Patrimônio líquido	1.071.590	844.479
Índice de alavancagem financeira - %	63%	119%

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida. A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

22 Cobertura De Seguros (não auditado)

Os quadros a seguir apresentam os principais valores em risco com coberturas de seguros:

<u>Objeto da Garantia</u>	<u>Importância Segurada</u>	<u>Vigência</u>	
		<u>Início</u>	<u>Fim</u>
Risco operacional	R\$ 7.446.495,46	30/06/2025	30/06/2026

As premissas de riscos dada a sua natureza não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

23 Transações Não Envolvendo Caixa

Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aumento de capital com participação em investidas	8 e 17	(69.106)	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	9	-	-	41	-
Direito de uso - Arrendamento	9	-	-	731	681
Custo da dívida	7 e 11	-	26.186	-	26.186
Resgate de ações da Companhia x Partes relacionadas	15 e 18	(17.534)	(8.641)	(17.534)	(8.641)
Aumento de capital com capitalização de créditos de terceiros - Fornecedor	18	480.235	-	438.953	-

24 Eventos Subsequentes

24.1 Pagamento parcela semestral com garantia real PRJ Classe II e III

Classe II (Garantia Real) e Extraconcursal: Em 16 de fevereiro de 2026, foi realizado o pagamento de R\$ 26 milhões, referente à parcela semestral correspondente a juros acumulados no período de 18 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026, conforme 7º aditamento do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal. Classe III Quirografários: Em 13 de fevereiro de 2026, foi realizado o pagamento de R\$ 8,9 milhões, referente à parcela semestral correspondente a juros acumulados no período de 15 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026, conforme 5º aditivo do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.

24.2 Recebimento de Indenização de Seguro

Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu o valor de R\$ 15.590 referente à indenização de seguro decorrente de sinistro envolvendo uma turbina eólica, alocadas na rubrica “Outros créditos” no balanço. O valor foi pago pela seguradora conforme apólice vigente e será reconhecido contabilmente nas demonstrações do trimestre subsequente.

* * *